

HISTÓRIA, TEORIA DA HISTÓRIA E CULTURAS HISTORIOGRÁFICAS: ENTREVISTA COM ASTOR ANTÔNIO DIEHL

Entrevistadores: Cláudia Engler Cury, Elio Chaves Flores e Raimundo Barroso Cordeiro Jr.
Transcrição: Alessandro Moura de Amorim (Mestrando PPGH/UFPB)

No mês de abril de 2009 o professor Astor Antônio Diehl nos deu a honra de ser o conferencista que abriu o *II Seminário de História e Cultura Histórica: 80 anos dos Annales*, contribuições historiográficas (PPGH/UFPB). Com doutorado em Teoria, Metodologia e Didática da História, pela Ruhr-Universität Bochum, em 1991, na Alemanha recém unificada, cujo orientador, Jörn Rüsen, passaria a ser referência na área dos estudos teóricos no Brasil, com parte de sua obra traduzida. Astor Diehl foi entrevistado para *Saeculum* e discorreu sobre a complexidade do seu ofício, falou sobre o tabu da aridez da teoria e analisou os legados das culturas historiográficas e não deixou de pensar historicamente os debates contemporâneos.

Coordenador do Centro de Pesquisas Historiográficas do Rio Grande do Sul (UPF), Astor Diehl publicou, entre 1990 e 2007, em torno de trinta livros entre próprios e como organizador ou como co-autor. Em toda essa produção os temas centrais não deixaram de ser a teoria da história e as culturas historiográficas. Por isso mesmo é que *Saeculum* traz aos seus leitores as impressões “face ao vento” – essa é a situação metodológica de um relato oral – do nosso entrevistado para o dossiê História e Teoria da História.

Se, como disse Rüsen na introdução ao seu livro *Razão Histórica*, de que a teoria da história vai “além da práxis dos historiadores”, então não podemos desconsiderar que “um pensar sobre o pensamento histórico” somente poderá ser exercido pelo “eixo da racionalidade”.

Aqui temos um bom começo para a reflexão em tempos de “sociedade do ato”.

Os editores

Saeculum: Para sua formação acadêmica, que pessoas ou situações tiveram influência sobre sua decisão de seguir a carreira de historiador?

Astor Antônio Diehl: Bem a minha formação acadêmica, e em especial a de historiador, tem que ser colocada num contexto bastante diferente. Eu comecei a estudar na graduação já numa idade relativamente avançada comparando com os dias atuais. Comecei a minha graduação com 23 anos. Eu sou oriundo de uma família de agricultores, no interior, no Município de Estrela, no Rio Grande do Sul, o que em tese não tem nada a ver com esta opção, mas eu acho que a situação diretamente envolvida em relação à escolha foi o fato de eu ter tido um professor de história no segundo grau que efetivamente, posso dizer hoje, depois de muitos anos, me influenciou. Talvez nem tanto pelas aulas em si, mas pela forma como ele colocava os assuntos vinculados à história. E aqui eu posso abrir o coração. Na

verdade, eu não era para ser historiador. Pela tradição familiar, eu deveria ter sido agrônomo. Mas como no primeiro vestibular, o mal fadado primeiro vestibular, eu não consegui entrar para a universidade. E isso, depois de dois anos, me fez repensar, já com certa maturidade, na função que eu iria exercer. Depois disso, veio a opção por fazer história. Efetivamente, num primeiro momento se criou uma certa rusga familiar, diria assim, mas que com o decorrer do tempo, foi plenamente contornada. Então, a partir dos 23 passei a estudar história.

Sæculum: Conte-nos um pouco a sua formação de historiador, a partir do lugar social do Rio Grande do Sul, ainda hoje conhecido pela alcunha de “Estado positivista”.

Professor Astor Antônio Diehl: Olha, depois eu até posso falar da alcunha de “Estado positivista”. Podemos até usar essa expressão para o Estado da República Velha, mas a minha formação de historiador se fez num primeiro momento, na graduação, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, ainda no final dos anos de 1970 e, a partir desta graduação, ingressei imediatamente no curso de especialização em História do Brasil. Logo em seguida eu fiz o Mestrado¹, também na mesma instituição, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e, em 1988, por sugestão de alguns colegas, consegui uma bolsa de estudos para ingressar no Doutorado na área de Teoria, Metodologia e Didática da História, para poder estudar no exterior, na Alemanha. Em relação à conhecida alcunha de “Estado positivista”, essa efetivamente tem uma vinculação muito importante no Rio Grande do Sul. “Estado positivista”: Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, seus seguidores, alguns historiadores colocam isso em termos de pós 1930, com Getúlio Vargas. Evidentemente nós, hoje, podemos verificar que, talvez, o Estado do Rio Grande do Sul, junto com o Rio de Janeiro tenham sido os Estados mais positivistas do Brasil, inclusive exercendo um lugar de destaque com as idéias de Comte, ao lado de Paris, quer dizer, o Rio Grande do Sul talvez tenha sido o mais positivista em alguns aspectos ou onde o positivismo exerceu um papel doutrinário, político, partidário, ideológico, do que em qualquer outro lugar do Brasil.²

Sæculum: Quais os historiadores, estrangeiros e brasileiros, que mais marcaram a sua formação acadêmica?

Astor Antônio Diehl: Olha, se me permitirem eu vou mais ou menos colocar isso. Eu tive um excelente professor, na graduação ainda, que se chamava João José Planella. Planella era um professor que trabalhava fundamentalmente com Filosofia da História. Ele teve um papel muito importante na opção dentro da História, na

¹ Publicado com o título *Os círculos operários no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora PUC-RS, 1990.

² Existe uma farta historiografia regional sobre o positivismo e o regionalismo gaúcho. Ver, entre outros, LOVE, J. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975; FÉLIX, L. O. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987; FRANCO, S. da C. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1988; DACANAL, J. H. & GONZAGA, S. (orgs.) *RS: cultura e ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980; FLORES, E. C. *No tempo das degolas: revoluções imperfeitas*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

área de Teoria. Em primeiro lugar, eu gostava muito das aulas dele. Eu me lembro que alguns colegas não eram tão assíduos nas aulas do professor Planella, mas ele tinha uma maneira de transmitir, sobretudo erudição, conhecimento profundo, amplo, que me aproximou da Teoria. Ele lecionava Filosofia da História com um caráter múltiplo e não trabalhava apenas a tradição francesa, mas tinha um conhecimento exemplar em relação às tradições filosóficas, as tradições históricas, por exemplo, do grupo anglo-saxônico, em especial a Alemanha, enfim a filosofia da história na Alemanha. Na pós-graduação tive outra influência muito forte, que foi decisiva nas minhas opções futuras, o professor René Ernani Gertz³, que ainda hoje é Professor da Pontifícia Universidade Católica e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ele foi meu orientador na dissertação de mestrado, mas, para além da orientação, sempre foi um colega que disponibilizou tempo e espaço para que se pudesse conversar, extra-classe, temas vinculados à história.

Pois bem, em termos de historiadores estrangeiros, isso talvez tenha ocorrido um pouco mais tarde, mas eu tive contato muito especial com historiadores como Reinhart Koselleck (1923-2006)⁴, que tive a oportunidade de conhecer pessoalmente. Ainda na Alemanha, outra influência importante foi o orientador da minha tese de doutoramento, o professor Jörn Rüsen.⁵ Na historiografia inglesa E. P. Thompson (1924-1993)⁶ foi um historiador, um intelectual que palpitou muito, vamos dizer assim, nas opções que eu faria depois. Parece claro que quando se faz uma tese, ou quando se estuda na graduação, passamos em revista uma série de autores. Então, não gostaria de deixar ninguém fora da lembrança, mas, de certa forma, foram estes que me chamaram a atenção, e as leituras que eu fiz deles talvez tenham sido melhor aproveitadas. Claro que, hoje, procuro dialogar com outros autores, especialmente

³ Pesquisador da temática do fascismo e nazismo no Brasil meridional. Autor de *O Fascismo no Sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. Para os propósitos desse dossiê, ver GERTZ, René E. (org.). *Max Weber & Karl Marx*. São Paulo: Hucitec, 1994. A presente obra é organizada em três partes: 1) teoria e metodologia; 2) o capitalismo; e, 3) o marxismo e Weber.

⁴ Historiador alemão que se dedicou a investigar a teoria da história e as unidades conceituais do mundo moderno e contemporâneo. Entre seus livros traduzidos no Brasil, constam *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ; Contraponto, 1999 [1.ª ed. alemã 1959] e, mais recentemente, o extraordinário *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora da PUC-RJ; Contraponto, 2006 [1.ª ed. alemã 1979].

⁵ Historiador e filósofo alemão, foi professor da Universidade Livre de Berlim e da Universidade de Bochum. Inicialmente traduzido no Brasil por René Gertz e, mais recentemente, teve a sua trilogia de teoria da história traduzida pela Editora da Universidade de Brasília, coordenada por Estevão de Rezende Martins. Ver RÜSEN, Jörn. *Narratividade e Objetividade na Ciência Histórica*. Tradução de René Gertz. In: *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, PUC-RS, v. XXIV, n. 2, dez. 1998, p. 311-335; a trilogia está assim publicada: RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história I (fundamentos da ciência histórica)*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora UnB, 2001 [1.ª edição alemã 1983]; *Reconstrução do Passado: teoria da história II (os fundamentos da pesquisa histórica)*. Tradução de Asta-Rosa Alcaide. Brasília: Editora da UnB, 2007 [1.ª edição alemã 1986]; *História viva: teoria da história III (formas e funções do conhecimento histórico)*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora UnB, 2007 [1.ª edição alemã 1986].

⁶ Não há exatamente um livro de teoria da história do “empirista” Thompson, mas talvez os que mais se discutem a sua visão da história são dois que identificamos pela tradução brasileira: THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981; e *As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

com Paul Ricoeur⁷ e Hans-Georg Gadamer (1900-2002)⁸. São autores com os quais eu tenho uma espécie de identificação, não uma identidade, mas uma identificação muito grande naquilo que eu proponho apresentar, discutir, enfim. Talvez sejam esses autores me trouxeram mais dúvidas para os meus problemas de pesquisa.

Sæculum: Como você avalia a sua experiência acadêmica na Universidade Bochum, no “país da filosofia da história”?

Astor Antônio Diehl: Em outras palavras, eu vou usar um argumento aqui, eu nem sei se é argumento, mas eu vou usar uma explicação para isso. É a mesma que eu digo aos alunos, sejam eles da graduação ou da pós-graduação. Eu acho que toda experiência de estudo, em outro contexto cultural, seja noutra região brasileira, seja no exterior, é extremamente válida. Eu sou contra alguém fazer graduação, mestrado e doutorado na mesma instituição, ou muito próximo. Eu acho que a gente precisa exatamente romper com os vínculos, romper um pouco com os lastros, por que isso ajuda também a redefinir as próprias posições que se tem. Então, a minha experiência foi na Universidade de Bochum e, por tabela, também na Universidade de Bielefeld, porque Jörn Rüsen se transferiu – me parece que em 1990 – de Bochum para Bielefeld. Ele teve a gentileza de levar todo o grupo de orientandos junto com ele, continuando os seminários e as atividades acadêmicas em Bielefeld, apesar de nós termos sido titulados por Bochum. Foi uma experiência muito rica por que lá se conviveu num contexto extremamente plural. Eu me lembro que eu tive colegas doutorandos da Alemanha, tive colegas coreanos, ingleses, poloneses e um africano que, nas conversas, são extremamente válidas, principalmente no sentido de socializar frustrações e alegrias, enfim, quando se está num contexto de país diferente. Então, esta experiência foi muito válida, ela é muito presente em mim, e fez com que, de certa forma, também eu rumasse - eu vou dizer isso com certo cuidado – para uma tradição historiográfica e teórica, muito mais vinculada à tradição alemã do que qualquer outra, ou seja, essa experiência para mim tem uma validade excepcional.

Sæculum: Em sua trajetória acadêmica, o que o levou ao interesse pela Teoria e Metodologia da História?

Astor Antônio Diehl: Eu penso que são dois pontos que se pode destacar aqui. Primeiro, no final dos anos de 1980, o debate sobre teoria, metodologia, no contexto brasileiro, ainda era bastante raro, bastante rarefeito. Poucos eram aqueles que usavam desta área do conhecimento para fazer um exercício profissional. Eu me lembro que normalmente as aulas de teoria, de metodologia, eram aulas quase secundárias, quase rifadas nos departamentos, ou seja, ninguém gostava muito

⁷ Filósofo e professor da Universidade de Estrasburgo, lecionou como professor convidado em várias universidades européias, nos EUA e no Canadá. Representante da “filosofia reflexiva” fez com que suas obras fossem muito lidas por historiadores. No Brasil destacam-se a publicação da sua trilogia *Tempo e narrativa*. Campinas: Papirus, Tomo I, 1994; Tomo II, 1995; Tomo III, 1997 e, mais recentemente, *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

⁸ Filósofo alemão, com notável contribuição para os estudos hermenêuticos, autor de *Verdade e método*: esboços de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: Vozes, 1997; e, *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

desta – eu vou dizer agora – sub-área do conhecimento. Então, uma das razões que me levou à área de Teoria e Metodologia foi exatamente essa, esse vazio. Essa lacuna que existia nos debates, nos escritos e assim por diante. Eu me lembro muito bem que eram poucos. José Roberto Amaral Lapa (1929-2000)⁹, José Honório Rodrigues (1913-1987)¹⁰, eram os nomes da historiografia brasileira mais recente, que nos davam exatamente algumas posturas sobre as quais seria o ofício do historiador naquele contexto. Posto isso, acho que tem uma segunda questão ainda. Talvez tenha sido a própria experiência no contexto alemão. A Cultura Histórica e a Cultura Historiográfica alemãs são bastante assíduas ao debate, e não se faz tanta diferenciação entre o professor que ministra aula de conteúdo de história e aquele professor que tem mais inclinação para teoria, metodologia e didática da história. Para os alemães não existe esse distanciamento tão visível por aqui. E isso me apeteceu de uma forma especial, ou seja, eu imagino que um professor que trabalha com conteúdos de História do Brasil ou de História Universal, possa também, na sua disciplina, fazer um exercício teórico, um exercício metodológico, um exercício historiográfico. Então, é nessa tentativa de aproximar, de criar interfaces entre esses dois aspectos, que talvez tenha me levado a essas orientações teóricas. Há ainda um terceiro aspecto que também é passível de ser dito aqui: depois que eu entrei no curso de graduação e no mestrado, começou despertar um pouco a idéia de que eu poderia rumar para esta área. Eu não sei exatamente a que fato se deve isso, mas, enfim, começou a ocorrer uma inclinação para e, a partir daí, eu estabeleci como parâmetro, como projeto de vida acadêmica, de rumar para o contexto da teoria da história.

Sæculum: Nessa identificação e interesse pela teoria e metodologia da história, há também o interesse e a preocupação com a didática da história e uma aproximação com a educação nos seus últimos projetos. A que se deve isso?

Astor Antônio Diehl: Para tentar responder a pergunta, eu parto do princípio que não se deveria separar a produção do conhecimento histórico com a questão da intermediação do conhecimento. Eu acho que são dois exercícios que se complementam. Em segundo lugar, penso que a discussão em torno da didática da história tem de ser restabelecida. Eu vou dar um exemplo bem claro. Quando eu fiz graduação, didática da história representava um exercício de técnico, um exercício de quase um comportamento do professor em sala de aula. Hoje se observa que quando se fala nessa noção de didática da história, ela tem um conteúdo também de produtor do conhecimento. Ou seja, didática da história também pode ser uma área extremamente fértil para a história no que diz respeito ao exercício da própria pesquisa. Isso porque

⁹ Foi professor de história da UNICAMP e diretor do Centro de Memória da mesma instituição. Publicou livros sobre a produção historiográfica brasileira. Ver LAPA, José Roberto do Amaral. *A História em Questão: historiografia brasileira contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1976; *História e Historiografia: Brasil Pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985;

¹⁰ Historiador de uma vasta obra sobre temas teóricos, historiográficos e de conteúdo de história do Brasil, com sucessivas edições. Elencamos algumas obras (de cunho teórico e historiográfico) e as suas primeiras edições. Ver RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica* (1949); *A Pesquisa Histórica no Brasil: sua evolução e problemas atuais* (1952); *História e Historiadores do Brasil* (1965); *História e Historiografia* (1970); *História da História do Brasil* (1979).

didática da história envolve questões que para mim são importantes. Em primeiro lugar, a cultura de sala de aula. Em segundo lugar, o livro didático. Em terceiro lugar, toda a questão da legislação do ensino. E, sobretudo, não podemos esquecer que através da didática da história, nós podemos legitimar o próprio processo de pesquisa histórica, ou seja, é ali exatamente que se configura o exercício do por que nós estamos produzindo conhecimentos históricos. Por isso que a minha tese seria que nós não devêssemos separar a área do conhecimento histórico propriamente dito das questões vinculadas à didática. As funções didáticas da história fazem com que haja um exercício não só de sala de aula, mas também de sala de aula que legitima nossa profissão, o nosso ofício de historiador. Por outro lado, também quando se fala em didática da história, ainda existe uma separação bastante profunda entre os departamentos de história, os cursos de história e as faculdades de educação. Eu acho que a didática da história, olhando sobre este prisma, pode ser um elemento de aproximação e, essa aproximação, seria a possibilidade com que os nossos estudantes, principalmente os da licenciatura, adquirissem habilidades e qualidades para o exercício da profissão, uma vez egressos da universidade. Portanto, eu acho que a didática da história é uma área do conhecimento que precisa de um carinho muito especial dos próprios historiadores. Nós não podemos usar uma estratégia de avestruz, de enterrar a cabeça pensando que estamos com o corpo escondido. Não, pelo contrário! Então a idéia que está subjacente a isso é exatamente fazer com que a didática da história, que toda essa cultura escolar, possa também ser trazida, catapultada para dentro dos cursos de história, agora não mais como um conhecimento complementar, mas como uma área do conhecimento que faculte também a própria pesquisa¹¹.

Saeculum: Considerando as linhagens historiográficas contemporâneas, a qual delas haveria maior proximidade com a orientação teórico-metodológica dos seus trabalhos?

Astor Antônio Diehl: Bem, acho que essa pergunta não deveria ser feita para mim, mas para quem leu, enfim, quem faz parte do debate, que são as pessoas com as quais a gente dialoga. De uma forma bastante ampla, com muito cuidado, eu me colocaria mais propenso a dizer que estaria muito mais próximo a uma orientação dos debates feitos, realizados no contexto acadêmico alemão. Posto isso, acho que é necessário observar que eu não tenho uma filiação direta. Eu acho apenas que os interlocutores têm uma experiência, um exercício desafiador muito maior do que qualquer outro. Há algum tempo, eu fui publicamente chamado de weberiano. Talvez tenha sido em função de um livro que escrevi sobre Weber e a história, fato que de certa forma não me incomodou tanto assim¹². Mas isso não significa que eu não tenha uma leitura aproximada das orientações metodológicas weberianas, um autor que ainda carece de ser explorado, tendo em vista que apenas na década de 1990 passou a ser lido, estudado e trazido para o debate pelos historiadores, embora na sociologia e na ciência política, ele tenha sido exercitado desde o início dos anos de 1930, com Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda e tantos outros.

¹¹ Um exemplo dessa perspectiva pode ser observado em DIEHL, Astor Antônio. *Teorias da História: uma proposta de estudos*. Passo Fundo: EdUPF, 2004.

¹² DIEHL, Astor Antônio. *Max Weber e a História*. Passo Fundo: EdUPF, 1996.

Isso quer dizer a tradição weberiana no Brasil existe há muito tempo. No entanto, na história, parece-me que é um exercício relativamente recente, produtivo também pela ampla possibilidade metodológica e conceitual que o Max Weber nos oferece. Eu acho ainda que, em relação a Max Weber, existe a possibilidade de muitos trabalhos inovadores.

Sæculum: Nos anos de 1990, você publicou livros sobre a Cultura Historiográfica brasileira, a partir da sua tese de doutorado. Qual a origem desse conceito e como você o encara hoje?

Astor Antônio Diehl: Bom a origem desse conceito, cultura historiográfica, está vinculado de uma forma muito próxima com o pensamento e obra de Jörn Rüsen. Ele tinha a preocupação, no início dos anos de 1980 – e ainda hoje – em produzir conhecimentos que pudessem ampliar esse conceito de cultura historiográfica, cultura histórica e assim por diante. A influência de Rüsen foi muito importante para mim não apenas nas questões práticas de orientador de tese, mas fundamentalmente para o exercício quase hermenêutico de sua obra, principalmente da trilogia, que agora já está traduzido no Brasil e que facilita muito o acesso às suas reflexões.¹³ O que me chamou muito a atenção na obra do Rüsen é exatamente a forma como ele conseguiu operacionalizar o campo de estudos epistemológicos para a história, tendo em vista um contexto de muito debate na Alemanha, principalmente do debate entre os modernos e os pós-modernos, entre os tradicionais e os modernos e assim por diante. Efetivamente, a ciência histórica na década de 1980 passou por uma profunda mudança estrutural que solicitou da comunidade de historiadores uma resposta nova para a velha pergunta: afinal de contas, o que é a história? Afinal de contas, quais são as funções sociais do conhecimento histórico produzido? Essas perguntas, relativamente fáceis de serem feitas, foram traduzidas num amplo debate teórico e metodológico naquele contexto. Eu tive a felicidade de estar naquele contexto e, de certa forma, de me apropriar um pouco desse debate, mesmo que não participasse diretamente. Então, a postura de Rüsen era exatamente fornecer, apresentar para a comunidade, uma constelação de elementos que possibilitassem mudanças no conhecimento histórico, mudanças teóricas na história, mas que ao mesmo tempo, fosse um elemento metodológico para se estudar a própria teoria, o próprio desenvolvimento teórico da ciência histórica. Essa noção passou a ser importante, fundamentalmente por que a partir dela eu tive a possibilidade de desenvolver um arsenal suplementar de matrizes que pudessem ser utilizadas como elementos metodológicos para se estudar também a historiografia brasileira. A partir daí foram desenvolvidas matrizes que me possibilitaram desenvolver os meus estudos em relação à “cultura historiográfica brasileira”¹⁴.

Nesse sentido existe sim uma influência relativamente visível, explícita, em relação ao debate promovido por Jörn Rüsen. Para os estudos históricos, o que se observa

¹³ Vide nota 5.

¹⁴ A tese de doutorado foi desdobrada em quatro livros publicados. Ver DIEHL, Astor Antônio. *Matrizes da cultura histórica brasileira*. Porto Alegre: Editora da PUC-RS, 1993; *A cultura historiográfica nos anos 80*. Porto Alegre: Editora da PUC-RS, 1993; *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: EdUPF, 1999; *A cultura historiográfica brasileira: da década de 1930 aos anos 1970*. Passo Fundo: EdUPF, 1999.

hoje, no Brasil, é estão surgindo alguns grupos que de uma forma muito próxima estão olhando com muito carinho a obra de Rüsen. Nós temos lá no Rio Grande do Sul um grupo de colegas vinculado ao GT de Teoria da História da ANPUH que está se interessando pela obra dele. Em Minas Gerais, especialmente em Ouro Preto, no curso de história, também existe afinidade em relação aos seus escritos. Em Goiânia, há um professor estudando a sua obra. Claro que quando eu digo Goiânia, Ouro Preto, Porto Alegre, eu não estou dizendo que são departamentos que estão vinculados, mas são pessoas que estão se interessando pela obra de Rüsen e são talvez aqueles que estejam discutindo com ele. Rüsen esteve várias vezes no Brasil, fez palestras em vários lugares, inclusive aqui no Nordeste. Isso ajudou que sua obra tivesse alguma publicidade. Claro que o acesso às vezes é dificultado – agora não mais pela tradução – pela língua alemã, enfim, que talvez tenha sido um obstáculo, mas isso agora se quebrou e é uma obra que está à disposição para o debate em torno da teoria da história.

Saeculum: Nessas mesmas obras, também aparece a categoria de Cultura Histórica. Haveria distinção epistemológica entre Cultura Historiográfica e Cultura Histórica?

Astor Antônio Diehl: Essa pergunta eu vou responder com cuidado. Nós estamos em pleno andamento de um seminário que exatamente tem por título cultura histórica e eu me lembro que alguns debates estão acalorados e bem a contento dos objetivos do seminário. Mas, para fins didáticos, eu vou tentar colocar uma postura pessoal sobre essas duas categorias que acabam sendo tão importantes nos estudos teóricos e metodológicos. Em relação à cultura histórica, parece-me que a gente poderia se aproximar de uma resposta que frisasse elementos constituidores, elementos de constituição da própria reconstituição do passado. Eu acho que cultura histórica tem a ver com a comunidade acadêmica, tem a ver com o próprio passado, tem a ver também com os historiadores não acadêmicos e assim por diante. Quando falamos de cultura historiográfica, nós estamos nos referindo às matrizes paradigmáticas, às matrizes teóricas, estamos falando também da história viva, seja ela individual, seja ela coletiva. Portanto, nós estamos nos referindo principalmente aos referenciais documentais que, diga-se de passagem, nós historiadores inventamos constantemente, nós reinventamos a nossa documentação constantemente. Se eu digo que tem a ver com os referenciais documentais, isso também quer dizer que a cultura historiográfica está muito presente quando se fala, por exemplo, em pesquisa, ou seja, todos os nossos referenciais de pesquisa. Cultura historiográfica tem a ver com os sujeitos históricos, tem a ver com os grupos sociais, tem a ver com algo que poucas vezes chama a atenção, tem a ver com tradições. A palavra tradição no contexto da cultura historiográfica possibilita uma dimensão extremamente ampla, principalmente se levarmos em conta as longas durações. Cultura historiográfica tem a ver com influências, com interfaces que fazem com que nós tenhamos a capacidade de reconstruí-las. Cultura histórica me parece também uma noção que tem uma ampla vinculação com o debate da história como disciplina. Ou seja, a própria constituição, ou as próprias mudanças da história como disciplina, dentro dos seus devidos contextos. Nós abandonamos, quando falamos em

cultura histórica, um pouco a ideia de que apenas os historiadores profissionais têm a ver com a produção de conhecimentos do passado. Quer dizer, esse exercício de reconstituição do passado pode ser feito por uma gama enorme de profissionais ou de não profissionais, como pode também ser feito naquele exercício mais simples de cada um de nós quando nos lembramos do nosso próprio passado. Se eu me lembro do meu passado e tento reconstituir esse passado, eu também diretamente estou produzindo uma cultura histórica, mesmo que seja individual.

Agora, como historiador, estou fazendo algo a mais, estou argumentando, tentando argumentar o mais próximo possível de uma racionalidade disciplinar, de uma racionalidade acadêmica, e assim por diante. Isso não quer dizer que esse conhecimento racionalizado pelos historiadores seja mais ou menos importante do que aquele que é subjetivado individualmente ou por grupos sociais. Portanto, parece-me que essa noção de tradição passa a ter um papel importante nesse debate. Apenas como elemento de distinção, cultura historiográfica me parece que tem uma vinculação mais direta com as estruturas narrativas, ou seja, as estruturas narrativas contidas naquelas representações dos passados inventados pelos historiadores. Quer dizer, me parece que há um patamar, existe um nível diferenciador, e aqui não é negativo ou positivo, mas existe um nível diferenciador da cultura histórica nesse contexto, pois quando se fala em cultura historiográfica está se tratando do *topoi* interpretativo do conhecimento histórico. Por que o *topoi* é o espaço da experiência na qual nós exercitamos um conjunto de estratégias para interpretar a própria cultura histórica, individual ou coletiva, seja ela feita por profissionais da área ou feita por não profissionais da área. Portanto, esse *topoi* compõe exatamente as estratégias de compreensão. Por que se não fosse assim, nós estaríamos caindo num arcabouço, numa estrutura explicativa. Exatamente, nós, historiadores, nos últimos anos, estamos querendo fugir da explicação histórica. Nós estamos gradativamente sendo quase que assumidos por uma estratégia compreensiva dos diversos discursos produzidos. Evidentemente que a cultura historiográfica é o lugar que aparecem de uma forma bastante nítida, as estruturas de construção, publicização e da recepção do conhecimento. Nós não podemos esquecer que é nesse nível que ocorre a publicização e, por outro lado, a recepção. Isso forma de maneira complexa, uma rede muito grande no qual podemos levar em conta três ou quatro elementos que eu rapidamente poderia apontar. Em primeiro lugar, me parece que é importante quando se fala em cultura historiográfica falar das formas de comunicação. Em segundo lugar, os diferentes sentidos da cultura histórica, ou seja, as facetas culturais que podem ser promovidas pelo próprio conhecimento histórico. E, em terceiro lugar, penso que é importante ver também quais são os sentidos do tempo histórico. De certa forma, nos últimos debates nós abandonamos o tempo histórico como exercício das diferentes pluralidades, o que significa que estamos mexendo de novo com experiências. E quando exercitamos a ideia de experiência, caímos de novo num certo grau de subjetividade. Claro que para nós, na história, enquanto defendermos a ideia de que história tem plausibilidade, temos que achar uma forma de sair dessa subjetivação do conhecimento. A saída para essa subjetivação do conhecimento, talvez pudesse ser um pequeno exercício feito por Jürgen Habermas, quando ele fala, por exemplo, da intersubjetividade comunicativa, ou seja, me parece que este poderia ser um exercício que nos levaria subjetivamente a uma conceituação daquilo que

seriam as funções da cultura historiográfica.

No entanto, eu gostaria de fazer uma observação, e esta observação tem a ver com um cuidado para que não se separem essas duas noções. Elas não são estanques. Elas não são paralelas. Elas se nutrem. Elas se realimentam. Elas estão imbricadas. Existem interfaces entre elas. Existem formas de intermediação entre elas. Talvez, poderia até usar uma expressão do Walter Benjamin, que disse, “uma via de mão dupla”, entre as duas, portanto, elas não são estanques. Ambas as noções, ambos os conceitos, tem uma historicidade. E se têm uma historicidade, também possuem um alto grau de possibilidade de mudanças, então, se a gente está representando um conceito como uma forma ideal, como nós estamos colocando aqui, isso não significa necessariamente que isso seja um tipo ideal que não tenha possibilidades de uma alteração com o próprio debate. Portanto, eu acho extremamente interessante, que se faça um seminário e que se tenha um programa de pós-graduação, que tenha como núcleo duro, o debate em torno da cultura histórica e da cultura historiográfica. Bem, me parece que talvez se pudesse chamar atenção, ainda em termos dessas duas noções, que quando se fala em cultura historiográfica, se devesse também lançar os nossos olhos para as estruturas narrativas da história. Talvez esse não fosse o momento de falarmos nisso, mas refiro-me às estruturas narrativas, não tanto aquelas postas por Hayden White¹⁵, mas àquelas postas por Jörn Rüsen. Existe um debate intenso entre esses dois historiadores. Existem vários textos em que eles debatem essas questões. Devemos tirar um pouco essa idéia que a conceituação narrativa da história esteja tão vinculada às premissas da análise do discurso, ou das premissas da teoria literária, como propõe Hayden White, mas trazê-las também, assim como a didática da história, para o menu, para o centro do debate da teoria da história. Afinal de contas, são poucos historiadores que ainda usam dizer, por exemplo, fazer uma análise de discurso de um texto historiográfico. Não, hoje todo mundo está buscando exatamente as estruturas narrativas, seja a partir do Hayden White, Paul Ricoeur ou Jörn Rüsen ou de outra filiação teórica. O importante é trazer essas estruturas narrativas para dentro do próprio debate historiográfico.¹⁶

Sæculum: Podemos então qualificar o debate e tentar demonstrar, para o leitor brasileiro, quais as aproximações de Rüsen com Weber?

Astor Antônio Diehl: Essa pergunta me lembra uma curiosidade que nós orientandos tínhamos na época do doutorado. Todos indiretamente queríamos saber qual seria a filiação, qual seria a vertente do pensamento do Rüsen. Talvez se pudesse dizer que ele tem um profundo conhecimento do século XIX alemão. Talvez se pudesse recuar um pouquinho, e afirmar que ele tem um profundo conhecimento do *Aufklärung*, do Iluminismo alemão. Isso faz com que, por exemplo, ele transite

¹⁵ Professor emérito da “história da consciência” na Universidade da Califórnia, Santa Cruz (EUA), cuja teoria “meta-histórica” questiona o estatuto de ciência para as “narrativas historiográficas”. Dois de seus principais livros foram traduzidos no Brasil. Ver WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Editora USP, 1994 [1.a edição inglesa 1978]; *Meta-História: a imaginação histórica no século XIX*. São Paulo: Editora USP, 1995 [1.a edição inglesa 1973].

¹⁶ Conferir DIEHL, Astor Antônio. *Cultura Historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru: Edusc, 2002; *Com o Passado na Cadeira de Balanço: cultura, mentalidade e subjetividade*. Passo Fundo-RS: EdUPF, 2006.

de uma forma muito tranqüila dentro dos autores do iluminismo para o romantismo alemão. Em segundo lugar, a tese de doutoramento de Jörn Rüsen foi sobre Gustav Droysen (1808-1884) que, dentro da tradição historiográfica alemã, foi uma espécie de ícone que colocou, pela primeira vez, uma pauta para os historiadores alemães no final da década de 1850. As reflexões de Droysen, através da *Historik* e da definição de ciência histórica na dimensão de “compreensão mediante pesquisa”, tornam-se importantes para a própria constituição do pensamento de Rüsen, que vai transitar depois pelo historicismo e pela crise provocada pelo historicismo, principalmente pela obra de Wilhelm Dilthey (1833-1911), que distinguia as ciências da natureza” das “ciências do espírito”, tornando-se um grande divisor das ciências nos debates filosóficos na Alemanha.

Jörn Rüsen, evidentemente, transita de uma forma bastante tranqüila na obra de Max Weber, e eu me lembro dos seus seminários e conferências sobre a obra de Max Weber, que é um autor importante nessa transição do historicismo alemão para a profunda crise na qual a cultura historiográfica alemã se envolve na Primeira Guerra Mundial, no entre guerras, no pós-guerra, e parece que isso foi de difícil superação para os historiadores alemães. Basta ver o debate em torno de determinados temas da Segunda Guerra Mundial, ou mesmo do entre-guerras, que somente foram possíveis no final dos anos 1960 em diante. Ou seja, para a tradição histórica e historiográfica alemã, isso foi de certa forma traumática, tanto é que nos anos 1970, autores como Friedrich Nietzsche passaram a ser relidos de novo, principalmente a crítica que Nietzsche fazia à sociedade técnica, à sociedade burguesa, à sociedade tecnológica e, sobretudo, o papel do intelectual. Nietzsche foi um ferrenho crítico da intelectualidade alemã e europeia no final do século XIX. Nietzsche faleceu em 1900 e, portanto, não observa toda essa disputa traumática: de um lado, a industrialização tardia da Alemanha e, por outro, o avanço das grandes filosofias da história, desde Hegel, Marx, e assim por diante. Então, isso fez com que a grande crise do final do século XIX para o século XX fosse sentida na Alemanha ainda no século XX, nos anos 1960 e 1970. Quer dizer, o que para nós, aqui, nos anos 1980, foi uma crise relativamente tranqüila, uma mudança relativamente tranqüila, para eles foi traumática. Nesse sentido, me parece que Rüsen sabe fazer algo que, talvez, nós não exercitamos, ou seja, utilizar-se também da literatura para entender história, para entender o contexto no qual há uma inserção no debate. Eu me lembro muito bem de um exercício que foi feito com a gente com a obra do Goethe. Ou seja, para nós, hoje, talvez isso seja tranqüilo, mas para aquele contexto, foi um elemento eminentemente inovador. Talvez isso mostre também por que Jörn Rüsen tenha uma facilidade tão grande em transitar em culturas tão diferentes. Por exemplo, para ele é tranqüilo ir para África, para a Ásia, vir para o Brasil ou ir para os Estados Unidos, ele transita com certa facilidade em relação a isso. Claro que essa facilidade de transitar em culturas diferentes também exige uma postura metodológica mais refinada para dar conta exatamente dessa pluralidade no sentido de compreensão de uma totalidade social.

Sæculum: Como um especialista em historiografia brasileira, que instituições e autores você reputa como fundamentais para a formação do historiador no Brasil.

Astor Antônio Diehl: Em relação à historiografia brasileira, eu acho um caso típico, especial, particular, e eu não gostaria de fazer com que ele aparecesse comparado com qualquer outro. Em tese, eu poderia dizer que os estudos historiográficos, no sentido tradicional, começam a ser desenvolvidos no Brasil nos anos de 1980. Isso efetivamente não quer dizer que nós não tenhamos autores que se interessaram por esta questão anteriormente. Nós temos autores anteriormente – citei o José Honório Rodrigues, José Roberto do Amaral Lapa, entre tantos outros – que contribuíram de uma forma espetacular para que se pudesse, nos anos 1980, despertar a questão. Com efeito, me parece que os anos 1980 são um momento de transição. E por que um momento de transição? Acho que o fato, o aspecto mais importante que se deva considerar, é a própria consolidação do sistema da pós-graduação no Brasil. Isso é inegável, é um fato que não podemos desprezar, tanto que os primeiros cursos de pós-graduação são de 1973 e 1974 e, a partir dos anos 1980, começa um amadurecimento em relação a esses debates. Evidentemente, temos autores que contaram esse debate como Ciro Flamarion Cardoso¹⁷, Rogério Forastieri¹⁸ e, especialmente, a publicação do livro escrito por Carlos Fico e Ronald Polito¹⁹, em dois volumes, que me parece que foi um elemento importante para chamar a atenção para a grande tarefa que a comunidade de historiadores teria a sua frente. Lamento que o Centro de Referência de Ouro Preto tenha se extinguido, porque era um espaço, não só de quantificação das publicações, mas também, através dos seus boletins, um elemento de divulgação das publicações.²⁰ Nos anos 1980 nós não tínhamos ainda uma facilidade tão grande como nós temos hoje que é a rede, que é a Internet. Quer dizer, hoje as coisas são facilitadas, até por que os programas de pós-graduação colocam à disposição as suas dissertações, as suas teses, revistas, e assim por diante.

Talvez fosse necessário retomar esse magnífico projeto, através de um Centro de Referência Nacional de Estudos Históricos no Brasil. Talvez pudéssemos dividir isso com colegas das regiões e, esses grupos regionais, ligados à própria ANPUH (Associação Nacional dos Professores de História), se incumbissem de fazer inventários localizados, e que se pudesse colocar isso à disposição sob forma de síntese, de textos, enfim, para que didaticamente os próprios estudantes pudessem ter acesso a grande quantidade de informações históricas no Brasil. Aliás, desde os anos 1980, estão anunciando que nunca se produziu tanto conhecimento histórico no Brasil. Hoje é

¹⁷ Professor da Universidade Federal Fluminense. O debate referido consta na obra *Ensaio Racionalistas*. Rio de Janeiro: Campus, 1988. Outras obras do autor, pertinentes ao dossiê, podem ser conferidas: CARDOSO, C. F. & BRIGNOLI, H. P. *Os métodos da História*: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social. Rio de Janeiro: Graal, 1979; CARDOSO, C. F. *Uma introdução à História*. São Paulo: Brasiliense, 1981; *Narrativa, sentido e História*. Campinas: Papyrus, 1997; e, mais recentemente, *Um historiador fala de teoria e metodologia*: ensaios. Bauru: Edusc, 2005.

¹⁸ SILVA, Rogério Forastieri da. *História da Historiografia*: capítulos para uma história das histórias da historiografia. Bauru: Edusc, 2001.

¹⁹ POLITO, R. & FICO, Carlos. *A História do Brasil (1980-1989)*. Vol. I: elementos para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: Editora da UFOP, 1992; *A História do Brasil (1980-1989)*. Vol. II: série de dados. Ouro Preto: Editora UFOP, 1994.

²⁰ O Centro Nacional de Referência Historiográfica (CNRH) foi fundado pelos historiadores Ronaldo Polito e Carlos Fico, junto a Universidade Federal de Ouro Preto, e funcionou entre 1990 e 1998. O CNRH possuía três publicações para catalogação e divulgação da produção historiográfica brasileira: a publicação periódica *Bibliografia Anual*, o jornal *Registro*, que teve dez edições, e o indexador de periódicos de história, *Repertório Semestral*, que também teve dez edições.

praticamente impossível ter um domínio mínimo sobre aquilo que é produzido no Brasil, haja vista uma grande expansão positiva, no meu modo de vê, dos programas de pós-graduação. Isso naturalmente descentralizou o campo de produções que estava naquele momento localizado no litoral, nas capitais litorâneas brasileiras. Eu acho que o papel desses programas fez com que houvesse uma interiorização da produção do conhecimento e, diga-se de passagem, de um conhecimento com muita qualidade.

Sæculum: Você foi testemunha dos acontecimentos dramáticos que levaram ao fim do socialismo real e a derrubada do muro de Berlim (1989-1991). À luz da teoria da história como seria possível compreender no “tempo quente” esses acontecimentos e como a “subjetividade” da memória os encara quase duas décadas depois?

Astor Antônio Diehl: Certo dia eu contei para os meus alunos da graduação que tive a felicidade ou o azar de estar em Berlim naquele novembro, exatamente no dia em que foi derrubado o muro de Berlim. E, imediatamente os estudantes me perguntaram: Professor, você trouxe um pedaço do muro? Eu disse “sim, eu tenho um pedaço do muro em casa”, tanto é que eu tive que levar para a aula e mostrar para eles. Mas esta questão para mim é simbólica, ela tem uma simbologia muito grande que realmente naquela noite, dia 9 de novembro de 1989, Berlim se transformou num grande palco de alegria, tanto para os ocidentais, como para os da Alemanha do leste, de Berlim oriental. Mas independente disso, esse é um fato componente daquilo que foi colocado aqui como “tempo quente”, o tempo do nosso momento, o tempo do nosso contexto. Eu me lembro que, em seguida à queda do muro de Berlim, imediatamente começou um grande debate, promovido inicialmente por Francis Fukuyama, que escreveu um pequeno texto chamado *The End of History*, que causou na intelectualidade internacional furores extra-acadêmicos, para não dizer políticos.²¹ Mas aquele texto, apesar das posições de Fukuyama, trouxe à tona uma questão que, intelectuais com a qualidade de Perry Anderson, Josef Fontana²², Jörn Rüsen e outros, passaram a escrever sobre “o fim da história”. Eu tive a oportunidade, em 1997, de escrever um pequeno livro, tentando exatamente argumentar que esse debate sobre o fim da história, é um debate que já tem, no mínimo, 200 anos²³. Ou seja, se nós olharmos nas posturas levantadas por Fukuyama, ele vai beber água exatamente na fonte de Hegel e no liberalismo. Se nós olharmos outros autores, as suas posições são a partir de Marx, e assim por diante. Então, os acontecimentos de novembro de 1989, vinculados à queda do muro de Berlim, também indiretamente influenciaram – talvez ainda continuem influenciando – o

²¹ Francis Fukuyama, economista nipo-americano, taxado de “neoconservador”, publicou o artigo *The end of history*, no periódico *The National Interest*, 1989. Alguns anos depois seria publicado o seu livro, traduzido em vários idiomas. Ver FUKUYAMA, Francis. *O Fim da História e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. Imediatamente, vários intelectuais e “historiadores de esquerda”, passaram a criticar duramente as teses do “fim da história”. Ver, entre outros, ANDERSON, Perry. *O fim da História: de Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

²² Historiador catalão, autor de *História depois do fim da História*. Bauru: Edusc, 1998. Sobre o mesmo tema, ver o Epílogo à edição brasileira de *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: Edusc, 1998, p. 267-81.

²³ DIEHL, Astor Antônio. *Vinho velho em pipa nova: o pós-moderno e o fim da História*. Passo Fundo: EdUPF, 1997.

debate em torno da teoria da história. Com certo cuidado, se poderia dizer que o fim do muro de Berlim também causou, para certos setores intelectuais, uma espécie de frustração em relação aos futuros.

Nós vivemos hoje uma época de frustrações intelectuais, sejam elas liberais, sejam elas vindas de setores socialistas. E, para mim, isso é importante na medida em que, quando o futuro frustra, o passado passa a reconfortar. O debate também muito se incumbiu das questões culturais, deixando muitas vezes as questões estruturais de lado. Nós vivemos uma época em que há uma certa tendência a um neo-romantismo. Parece que nós estamos buscando as falhas, buscando os erros no passado. Isso se explica também pelo próprio abandono da tridimensionalidade do tempo histórico que se utilizava até poucos anos atrás. Parece-me que os historiadores, hoje, estão muito mais vinculados à busca, à reconstituição de uma idéia de futuro no passado. E essa idéia de um futuro no passado, é buscar a utopia no passado, é buscar a emancipação no passado. Buscar a utopia no passado nada mais é do que entender a complexidade do nosso próprio presente. Ou seja, isso faz com que muitas vezes se projeta ao passado, uma qualidade de acontecimentos subjetivos e de setorialização pela própria sociedade. É possível observar isso, por exemplo, nos próprios estudos históricos, quando se faz referência à fragmentação excessiva do passado que, talvez, até esteja realimentando outro processo que é a legitimidade da própria segmentação da sociedade no contexto atual. Para mim, é chegado o momento retornarmos a busca de uma espécie de totalidade do passado, buscar uma síntese do passado. Talvez como Marc Bloch e Lucien Febvre, os primeiros *annalistes*²⁴, que, lá em 1929, propunham uma totalidade social do passado, recompondo fragmentos na busca de um sentido.

Afinal de contas, qual é a razão de tudo isso? Max Weber dizia o seguinte: por que alguém passa a vida inteira buscando algo que de antemão ele já sabe que não irá encontrar? Ou seja, esta lacuna, me parece que pode ser preenchida pelo debate, pela pesquisa, na produção do conhecimento histórico. Depois de vinte anos, depois da euforia – e de certa brabeza minha, por que nada andava em Berlim –, talvez se possa dizer hoje que os alemães ainda estão pagando os custos da própria unificação. Foi algo que lhes custou muito. A queda do muro de Berlim foi um dos grandes acontecimentos, independente de sua qualidade ou da nossa postura política em relação a ele. Foi um dos grandes acontecimentos, que poderia, inclusive, ser o delimitador do século, se é que isso é possível. Não tanto pelo fato em si, mas pelas repercussões internacionais, pelas repercussões universais que sugere. Coitados dos geógrafos que estão constantemente redesenhando o mapa político, o mapa das nações. Isto faz com que esse fato simbolicamente signifique uma grande mudança nas estruturas. Ele é importante inclusive para se redefinir a questão do Estado/Nação, Região/Cultura, Global/Local, e assim por diante.

²⁴ Marc Bloch (1886-1944) e Lucien Febvre (1878-1956) fundaram, em 1929, na Universidade de Estrasburgo, a *Revue des Annales*, que marcou as grandes transformações do ofício do historiador no século XX. Entre as várias abordagens sobre as gerações dos Annales e suas influências historiográficas, ver BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da Historiografia: a escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: Editora Unesp, 1991; e DOSSE, François. *A História em Migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: Ensaio, 1992.